



AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)

Audiência Pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) realizada nesta terça-feira, 11, contou com a presença do Ministro Flávio Dino e foi presidida pelo deputado Sanderson (PL-RS). Entre os debates realizados, foi destaque o cadastramento de registros de armas e munições e a nova regulação acerca do comércio legal de armas no Brasil.

Dino anunciou, na oportunidade, que entregará na primeira quinzena de maio a minuta de decreto que regulará o comércio de armas e munições no país. O Ministro ainda fez alusão à Portaria n. 299, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que regulou o decreto presidencial n. 11.366, de 1º de janeiro de 2023. Dino declarou que atendeu solicitação dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao prorrogar o prazo de recadastramento de armas e a inclusão de membros do Congresso no Grupo de Trabalho que irá propor nova regulação para o setor.

Antes do início das perguntas, durante as considerações sobre o funcionamento da audiência pública, houve bate-boca entre parlamentares, que trocaram acusações e impediram o prosseguimento regular dos trabalhos. O clima de embates perdurou até o final da audiência.

Respondendo as arguições realizadas pelo deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS), o Ministro Flávio Dino afirmou que foram recadastradas 880 mil armas pelo SINARM, sendo que o prazo final foi prorrogado para o dia 3 de maio, data em que se encerrará o trabalho do Grupo de Trabalho constituído no âmbito do MJSP. Após o encerramento dos trabalhos no GT, segundo previsão do Ministro, a nova minuta de Decreto que regulará o comércio legal de armas e munições no Brasil será enviada ao Presidente da República. A previsão do Ministro é de que na primeira quinzena de maio a minuta será concluída. A edição do novo decreto pelo presidente deve ocorrer até o final de maio.

Em sua arguição, o dep. Paulo BilynskyJ (PL-SP) cobrou uma posição do governo quanto à parcial interrupção das atividades do setor, que gerou queda de faturamento na ordem de 90%, gerando queda de arrecadação, perda de postos de trabalho e prejuízos às lojas e clubes de tiro. Os dados

foram reforçados pela ABIAMB, durante encontro com o parlamentar realizado no dia 15/03, e reforçada em reunião com a liderança do PL na Câmara dos Deputados, realizada hoje (11/4). BilynskyJ ainda fez críticas à dificuldade para a retirada do porte de trânsito e as interrupções da concessão de novos registros. Ao final, o deputado comparou o presidente Lula a personagens históricos, que realizaram políticas de desarmamento.

Em sua resposta, o ministro Flávio Dino fez um desagravo ao presidente e defendeu a posição do Ministério da Justiça e Segurança Pública de que não houve apreensão de armas legais no Brasil, argumentando que as ações do governo visam à apreensão de armas ilegais. Dino chegou a afirmar que aqueles que defendem políticas de armamento civil desacreditam as forças policiais, responsáveis pela segurança da população. Dino chamou de política de vale-tudo. Quanto à legalidade, juridicidade e constitucionalidade do decreto presidencial que restringiu o comércio de armas no Brasil, editado pelo presidente Lula, Dino afirmou que o Supremo Tribunal Federal já referendou a norma, no âmbito da ADC 85.

Dino foi enfático ao defender que não é desejo do governo encerrar o mercado de comércio de armas e munições no país, sem, contudo, dar detalhes da regulação que será proposta pelo Ministério, prevista para maio de 2023.

O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) apresentou dados de criminalidade e refutou afirmação do Ministro Flávio Dino, de que a política armamentista é dissonante com os preceitos constitucionais. A reunião foi encerrada após troca de acusações entre deputados da base governista e oposição.

A ABIAMB realizou reuniões preparatórias entre os dias 10 e 11/04, véspera da audiência pública, com os líderes do Partido Liberal (PL), do Partido Social Democrático (PSD), Republicanos, do Partido Progressistas (PP) e do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), visando subsidiá-los com dados e especificidades do setor, o que gerou impacto positivo nas arguições realizadas.